

MOVIMENTO SOCIAL SOFTWARE LIVRE PELA INCLUSÃO DIGITAL E EDUCAÇÃO POPULAR

Reinaldo Matias Fleuri¹
Viviane Lima Ferreira²

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre a participação do Movimento Social Software Livre nos processos de inclusão digital do ensino público. A análise da experiência do Projeto Classe, realizado em duas escolas públicas de Florianópolis em meados de 2006, demonstra uma ação de proximidade entre as metodologias de educação popular e o uso das ferramentas livres. Tal análise discute como e se elas contribuíram para uma formação dialógica, democrática, participativa e cidadã na cultura digital.

Palavras-chave: *Wikis*, inclusão digital e educação popular.

Abstract: This paper has the aim to examine the role of Movimento Social Software Livre (Free Software Social Movement) in the processes of digital inclusion in public education. The analysis of experience with Projeto Classe (Class Project) – which was carried out in two public schools in Florianópolis, Santa Catarina, in the middle of 2006 – proves there is a similarity between methods of popular education and free tools usage. Such analysis discusses if those methods contributed – and in which aspects – to raise citizens and to a dialogical, democratic, and active education in digital culture.

Keywords: *Wikis*, digital inclusion, popular education.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988), realizou estágios de pós-doutorado na Università degli Studi di Perugia, Itália (1996), na Universidade de São Paulo (2004) e na Universidade Federal Fluminense (2010). Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Preside a "Association International pour la Recherche Interculturelle" (ARIC), na gestão 2007-2011. É pesquisador do CNPq. Coordena o Núcleo de Pesquisa Mover - Educação Intercultural e Movimentos Sociais (UFSC/CNPq). Participa desde 1992 do Grupo de Trabalho de Educação Popular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd), tendo sido membro do Comitê Científico desta Associação no período de 2000 a 2002. Faz parte do Instituto Paulo Freire. É pesquisador colaborador do "Centre de Recherche sur l'intervention éducative" - CRIE (Canadá). Tem desenvolvido, coordenado e orientado pesquisas, que resultaram em publicações e produções acadêmicas nas áreas de epistemologia, educação popular, interculturalidade, educação inclusiva e formação de educadores

² Bolsista do CNPq na categoria de Apoio Técnico do Núcleo de Pesquisa em Educação Intercultural e Movimentos Sociais, MOVER, licenciada e bacharelada em Letras Francês. Professora da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. É usuária de Software Livre. Participante das redes Software Livre Brasil e Software Livre Educacional.

Introdução

Em um artigo do Jornal “O Globo” sobre o uso do computador em sala de aula (BERTA, 2011) foram apresentados dados interessantes de uma pesquisa em escolas municipais do Rio de Janeiro. A pesquisa realizada na metade de 2010 apontou que 53% dos docentes têm dificuldades para lidar com tecnologia em sala de aula, apesar de saberem que seu uso é fundamental na formação dos educandos. A pesquisa foi realizada numa parceria entre a Secretaria Municipal de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Ibope e o Instituto Oi Futuro.

Para George Moraes, vice-presidente do Instituto Oi Futuro, se anteriormente havia uma relação de poder entre o educador e educando, hoje, com o uso dos artefatos tecnológicos, esta relação se enfraquece, pois coloca o educando a frente na habilidade de usar as ferramentas. A pesquisa que envolveu 25.145 educandos, dentre os quais somente 18% assumem “dificuldade de aproveitar totalmente o seu potencial”.

Esta disparidade entre os educandos e os educadores de escola pública nos processos de inclusão digital nos traz uma outra e nova discussão, a relação de poder em sala de aula. Nesta mesma matéria, para enriquecer o debate sobre o uso das Novas Tecnologias em sala de aula, o Globo entrevista Martina Roth – Diretora de Estratégia, Pesquisa e Política de Educação Global da empresa de tecnologia Intel – questionando-a sobre o papel do educador na tecnologia e ela responde que “É preciso calçar os sapatos dos estudantes e criar um projeto como se ele fosse o estudante e parte do time. Tornar-se um aprendiz.”

O uso do computador na sala de aula, coloca o educador “fora” deste mundo digital e já que os educandos estão “dentro” a cobrança fica ainda maior. Se o educador é um mero aprendiz, por não se sentir integrado ao uso do computador e de outras ferramentas comuns a este mundo, como ele pode incluir os educandos na sociedade? O papel do educador é sempre questionado, como profissional, ele é ridicularizado com baixos salários e más condições de trabalho, ainda precisa consumir os insumos de uma nova “Sociedade”, a da “Informação”:

O professor, até então ator principal daquela que seria, em tese, a mais importante agência de inclusão social, i.e. a escola, descobre, primeiro, que existe um "mundo à parte" em que precisa incluir-se; depois, que há um "déficit" na sua capacitação profissional que precisa ser superado, que uma "oportunidade única" (única em que

sentido?) de solução para ambos os problemas está à venda, com um desconto de R\$ 1000, e, finalmente, que o “domínio” dessa solução lhe será dado por outrem. (BUZATO, 2007, p. 14)

Neste extrato da tese de doutorado sobre inclusão digital e letramento, Marcelo Buzato questiona como o problema da inclusão digital de educadores pode ser resolvido com a compra de um computador. Mesmo rotulados como os profissionais que não sabem usá-lo, eles devem consumir, “com um desconto de R\$ 1.000”, os artefatos tecnológicos. Com a promessa de se integrarem melhor a realidade dos educandos. A capacitação para o uso do maquinário, na descrição de Buzato, vem de brinde com a compra.

É assim que o educador mesmo sendo agente da escola – ambiente de transformação da realidade –, continua despreparado para trabalhar neste mundo repleto das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC). Enquanto estes profissionais trabalhavam – na medida do impossível – o mundo foi os ignorando com estas mudanças. Encontramos um educador que

é capacitado o suficiente para conseguir um emprego, e para supostamente capacitar os filhos dos outros a conseguirem o seu, mas não (ainda) suficientemente capacitado para manter-se no emprego utilizando o computador, é real o suficiente para exercer o papel de depositário de todas as mazelas do sistema educacional no mundo em que crê viver, mas não suficientemente “atualizado” para poder participar do “novo mundo” que alguém criou às suas costas enquanto rabiscava o quadro-negro. (BUZATO, 2007, p. 15)

Excluído o educador precisa adentrar-se a este “mundo”. Mas, se “A exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuarmos incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas, mais justas e dinâmicas, de produção e distribuição de riqueza simbólica e material.” (SCHWARTZ, 2000) como o educador pode ser incluído efetivamente neste mundo digital? A exclusão digital se mostra como uma face da exclusão social (SILVEIRA, 2003, p.18) onde não se encontram somente os educadores, mas também os educandos.

O sentimento de impotência diante de tantos fatores de mudança é geral, mas, como podemos aproveitar o uso das NTIC para incluir a “escola”: educador, educandos e seus profissionais neste “mundo digital”? O fato de possuir um computador em casa, não inclui o educando ou o educador no uso ativo das NTIC, pois não aproveita o seu potencial dinâmico e transformador.

Se uma verdadeira inclusão digital, também é uma inclusão social, como se apropriar destas ferramentas para promoção da mudança, da aceitação das diversidades e construção de uma sociedade mais democrática? Pois, “O uso das diferentes linguagens, aliado às possibilidades de interação, certamente pode redimensionar alguns aspectos da exclusão digital no sentido da construção da cidadania e da participação na cultura.” (FANTIN, GIRARDELLO, 2009).

É neste perspectiva que este artigo busca estabelecer elos entre a participação do Movimento Social Software Livre na inclusão digital de educadores de duas escolas da rede pública de Florianópolis. Afinal, criar um time é uma necessidade, mas um time para quê? Com certeza o educador deve se tornar um “aprendiz” no uso das NTIC, mas também ele pode aproveitá-las como autor e construtor da sua realidade para assim se apropriar realmente do aparato tecnológico.

O desafio da Educação Popular

Para Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (1987, p. 68). Nesta metodologia de trabalho, o educador não representa o centralizador do saber, os saberes dos educandos emergem a medida que a investigação do tema é desenrolada. Afinal, ensinar não é transferir conhecimento de uma cabeça para outra (FREIRE, 1996, p.22), porém, usar a cabeça para tornar o ambiente escolar um espaço propício para sua construção e criação.

O fato do educando saber “usar” a tecnologia pode ser um grande ganho para o educador, pois valoriza as experiências anteriores dos educandos. Afinal, tanto os educadores quanto os educandos estão em processo contínuo de aprendizagem. Esta concepção de educação que busca o diálogo entre os indivíduos do processo educativo, chama-se educação dialógica. Nesta prática, os saberes dos educandos se cruzam com os saberes dos educadores, sendo que não se encontram sediados em ambos, mas em um fluxo dinâmico de transição.

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo (conteúdos escolares) desde a “sede do saber” (educadores), até a “sede da ignorância” (educandos) para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco

sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1982, p. 25)

O educador não precisa saber tudo, pois a “auto- suficiência é incompatível com o diálogo.” (FREIRE, p.47, 1970). Sujeitos no processo dialógico de ensino estão em busca de aprendizagem constante. “Somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-la. Sem ele, não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação.” (FREIRE, p.47, 1970).

É preciso problematizar o papel da escola como instituição do saber e acreditar que precisamos de “(...) um novo tipo de resultado” onde “as mudanças no campo tecnológico e no sistema de comunicação relativizam o papel educativo da escola e requerem a formação de um novo tipo de profissional e de cidadão.” (FLEURI, 1998, p. 9). Este novo “tipo” de educando necessita de formação nas NTIC, apesar de todo o receio dos educadores e das escolas de hoje.

Para o educador popular Célestin Freinet, o ensino, sobretudo público, deve estar centralizado no educando e não no educador, pois ele é o centro deste processo. As aulas no formato de oficinas, onde o educando experimenta livremente o conhecimento através do trabalho, orientado pelo educador. Nesta concepção, o saber do educador também é trocado diretamente com o fazer do educando, enriquecendo as relações entre os saberes de ambos.

Você já notou como as crianças, em casa ou na escola, são ajuizadas e fáceis de suportar quando estão totalmente ocupadas numa atividade que as apaixona? O problema da disciplina já não se coloca — basta organizar o trabalho que entusiasma. (FREINET, 2004, p.84)

A proposta da Escola Moderna e da Cooperação Educativa tem por objetivo integrar o uso das tecnologias disponíveis para preparar as crianças para uma cidadania crítica e ativa.

Impõe-se portanto uma readaptação da nossa escola pública a fim de oferecer às crianças do século XX, uma educação que responda às necessidades individuais, sociais, intelectuais, técnicas e morais da vida do povo no tempo da eletricidade, da aviação, do cinema, da rádio, do jornal, na imprensa, do telefone, num mundo que esperamos seja em breve o do socialismo triunfante. (FREINET, 1973, p. 23)

Desta maneira, a Educação Popular também é fundamentada na busca por novas formas de organização social, pois a educação na Escola Moderna é centrada no educando

partindo das suas necessidades individuais para as necessidades da sociedade (FREINET, 1973, p. 25) em prol do desenvolvimento de habilidades técnicas, intelectuais, etc. que estruturam a transformação e a manutenção de uma “sociedade popular” (p. 30). A “escola do povo” também é produtora de conhecimento.

A metodologia de Educação Popular propõe uma superação da prática pedagógica que subordina o educando ao conhecimento portado pelo educador. Para Fleuri, no seu livro “Entre disciplina e rebeldia na escola”, as práticas pedagógicas de Paulo Freire e Célestin Freinet são possibilidades que batem de frente com o poder disciplinar educativo pois superam as relações de saber-poder (2008, p.78). Estas propostas mais orgânicas tiram o educador do papel de controlador e o colocam muito mais no de articulador, mediador do processo de ensino.

Os movimentos sociais

Outro ponto importante das propostas de renovação do ensino de Célestin Freinet e Paulo Freire é que elas são promovidas por um movimento, o Movimento Pedagógico Escola Moderna e o Movimento Cultura Popular, que propunham uma escola produtora de conhecimento e transformadora da sociedade. Os movimentos sociais, como estes, buscam mudanças nos paradigmas da sociedade atual a partir de novas perspectivas. Os movimentos sociais podem ser definidos como:

“conjunto de práticas sociopolíticas que se organizam para romper com as estruturas de poder que produzem desigualdade social, injustiças e violência nos diferentes níveis da vida em sociedade, que possuem relativa autonomia em relação ao Estado, mas pelo próprio processo, são contraditórias porque se institucionalizam, se burocratizam e as estruturas por eles construídas, nem sempre permitem uma articulação estreita com a base” (PINI, 2006, p. 54)

Os movimentos vêm buscando iniciativas emancipatórias em suas práticas que superem as relações de exploração e de sujeição sob as quais nos encontramos constantemente submetidos (FLEURI, 1998, p. 47), inclusive nas relações escolares. A indignação de alguns grupos subordinados, excluídos ou privados de suas necessidades leva a organização da sociedade civil exigir ou mesmo realizar mudanças. Estas organizações se estruturam numa maneira democrática de fazer, pensar, se administrar e sentir (SOUZA, 2006, p. 60).

O Movimento Social *Software* Livre

O Movimento Social *Software* Livre é uma resposta dos *hackers* insatisfeitos com as privações das licenças de softwares – *copyright* – e com o monopólio deste conhecimento dominado pelas grandes indústrias. Os *hackers* se organizaram na criação de uma licença diferenciada – GPL, baseada no *copyleft* – que permite o livre trânsito das ideias, produtos e códigos utilizados na produção de *softwares* (SILVEIRA, 2004, p.5).

O *copyleft* permite quatro liberdades para os *softwares* livres: 0. Executá-lo para qualquer fim; 1. Estudá-lo; 2. Redistribuir suas cópias e 3. Permitir o seu melhoramento e compartilhamento (ALENCAR, 2007, p. 79).

Em 2007, para a obtenção do título de mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, Anderson Fernandes de Alencar defendeu a dissertação “A pedagogia da migração do software proprietário para o livre: uma perspectiva freiriana” onde ele apresentou as demandas do *software* livre como movimento social:

- Compartilhamento e liberdade de acesso ao conhecimento.
- Liberdade para usar, alterar, melhorar e distribuir qualquer software.
- Livre acesso ao código fonte de todo programa produzido.
- Desenvolver mais e mais softwares livres.
- Melhorar os softwares livres consolidados, divulgando-os ainda mais.
- Lutar para que os softwares que nasçam livres se mantenham livres.
- Manter e melhorar as licenças livres. (p. 65)

Neste ambiente de produção livre de conhecimento nasce o GNU/Linux, sistema operacional livre, que hoje nos possibilita utilizar máquinas de laboratórios escolares, de bairros (telecentros), entre outros, com baixos custos de instalação, pois a licença dos *softwares* livres, o *copyleft* pode também significar “deixe copiar”.

Esta licença, o *copyleft*, inspirou outras licenças, como a *Creative Commons* que busca maneiras legais para permitir o acesso criativos a obras intelectuais (LE MOS, 2005), e levou discussão sobre direitos autorais para toda a rede. E hoje inicia uma forte discussão/revolução sobre o acesso a informação e ao conhecimento de maneira democrática e libertária.

O Projeto Classe

O Movimento Social Software Livre se organiza através de Comunidades que trocam informações, ideias, códigos-fonte, entre si, contando com a participação de programadores, usuários, tradutores, entre outros profissionais. Estes grupos realizam Projetos, como o Grupo de Usuários de Linux da UFSC que tinha um grande desejo de levar os *softwares livres* para a educação pública. Em 2006, um movimento composto por educandos da UFSC usuários de software livre tomaram a iniciativa de desenvolver projetos que incluíssem educandos e educadores na cultura digital.

A escola E.E.B. Simão Hess que se encontra nos arredores da UFSC não tinha laboratório de informática, somente uma sala com vários computadores sucateados. Então, a primeira ação deste grupo de usuários foi o Projeto Escola Livre que tinha como objetivo recuperar os computadores e a sala de informática. No começo de 2005, o Grupo de Usuários de Linux da UFSC iniciou com o apoio do GeNESS³ – Centro de Criação de Novas Empresas e Serviços-CTC-UFSC – um projeto maior que viabilizava o uso deste laboratório.

Assim surge o Projeto de Classificação de Software Livre Educativo Classe que tinha o objetivo de pesquisar *softwares livres* educativos, instalar os que se enquadravam nos Parâmetros Curriculares Nacionais nos computadores do laboratório de informática e capacitar os educadores para o seu uso. O Projeto Classe, como foi apelidado, foi financiado pelo FRIDA⁴ e foi também ofertado na escola E.E.B. Getúlio Vargas.

Como a integração entre os profissionais do Grupo de Usuários de Linux da UFSC, que contava com a participação de bibliotecônomos, pedagogos, engenheiros, programadores, educadores e gestores, já havia sido feita no primeiro Projeto executado no E.E.B. Simão Hess, não foi difícil obter o apoio da escola para realizar a segunda proposta.

O Projeto Classe encontrou 300 *softwares* livres educativos dos quais somente 23 foram escolhidos pelos critérios: interface em língua portuguesa brasileira; estarem de acordo com os conteúdos estipulados nos PCN e estarem num nível de dificuldade compatível para

³ www.geness.ufsc.br/

⁴ Regional Fund for Digital Innovation in the Latin America and Caribbean,
<http://programafrida.net/pt>

os educandos das escolas. Alguns destes softwares livres educativos tinham a função somente de preparar os educandos para a educação digital.

A execução do Projeto Classe nas escolas

Para carregar estes *softwares* livres nos computadores dos laboratórios de informática das escolas foi preciso escolher um sistema operacional. Assim, o Live-CD⁵ do Projeto foi baseado na distribuição Debian (CLASSE, 2006), pois este sistema é desenvolvido por uma comunidade internacional que tem um compromisso firmado em um Contrato Social⁶ e comprometimento com o Movimento *Software* Livre. Logo, este Live-CD pôde ser distribuído entre os educandos e educadores e estar disponível para download a quem interessar, tudo isso é um benefício da licença GPL.

Com o laboratório preparado mas ainda obsoleto, iniciaram-se as formações para que os educadores incluíssem os *softwares* livres educativos nas suas programações. No E.E.B. Simão Hess, as formações foram realizadas nos horários livres dos educadores e no E.E.B. Getúlio Vargas, os educadores receberam uma formação de 16h. A capacitação abordou as NTICs na educação, o *Software* Livre e os *softwares* educativos. Apenas um educador já tinha utilizado o laboratório de informática antes desta iniciativa.

Os educandos adoraram as aulas no laboratório, pediam para voltar, se comportaram de uma maneira solidária, ajudando-se entre si nas atividades propostas. Os educadores, através destas aulas, puderam fazer uma avaliação e descrição mais precisa dos *softwares* livres educativos classificando aproximando assim sua experiência ao conteúdo produzido.

A WIKI do Projeto

Todo o conteúdo do Projeto Classe está disponível em uma *wiki*⁷ numa instalação do MediaWiki feita no servidor do GENESS. As *wikis* têm a capacidade de agregar textos

⁵ CD para instalação do sistema operacional.

⁶ http://www.debian.org/social_contract.1.0

⁷ Software Livre para a produção de hipertextos colaborativos presente nos projetos: Wikipedia, Wikidicionário, etc. Também quer dizer muito rápido em havaiano.

coletivos produzidos por diferentes pessoas. Qualquer pessoa independente do nível social ou econômico, de formação, cultura, etnia, idade, gênero pode colaborar. Nesta Wiki, os *softwares* livres educativos estão classificados por disciplina e também contêm sua descrição e avaliação.

Muitas *wikis* armazenam manuais de *softwares*, para assim congregam conhecimentos de todas as áreas participantes: técnicas, práticas e metodológicas. Integrando assim diversas visões do mesmo produto e tornando os hipertextos produzidos mais completos, claros e acessíveis. Desta maneira também o Projeto Classe agregou educadores de escola pública, pedagogos especialistas em informática na educação, desenvolvedores, gestores, entre outros profissionais.



Ilustração 1: Wiki do Projeto Classe

Como a licença deste conteúdo, disponível em <<http://classe.geness.ufsc.br>>, é *Creative Commons*, mesmo depois do Projeto Classe ter concluído as suas atividades, ele deu suporte a outras iniciativas. Tais como o Projeto Pandorga – distribuição Linux específica para laboratórios de informática escolares, disponível em duas versões: pré-escolar e fundamental

– e Sleducacional – grupo interessado em desenvolver metodologias/planos de aula, manuais, traduções para *softwares* livres educativos.

Considerações Finais

A escola deve desenvolver o ensino das múltiplas linguagens (BRASIL, 2000, p. 5) dispostas no nosso cotidiano. As NTIC e suas linguagens precisam estar em sala de aula para preparar os educandos para a famigerada “Sociedade da Informação”. Esta necessidade ultrapassa os limites dos educadores, mas também os apresenta um outro desafio, o de viver uma experiência pedagógica horizontal que valorize os saberes dos alunos. Os educadores podem buscar nos referenciais teóricos da educação dialógica as estruturas para prepararem aulas participativas onde os educandos adquiram saberes e se incluam socialmente.

“É o gosto pela verticalidade, pelo autoritarismo, enraizados nas nossas nuances culturais que refletem na nossa inexperiência democrática” (FREIRE, 2001, p. 12). Se desprender do controle total das aulas e direcionar os alunos para trocar saberes através do uso das NTIC pode ser uma alternativa. Os educandos e educadores podem estabelecer relações mais colaborativas, invertendo a lógica do “poder” que o representante do Oi Instituto, George Moraes, acredita ser a maior dificuldade, afinal, se a criança sabe mais de “computador” e o educador sabe o conteúdo, eles encontram um ponto de convergência em prol do ensino-aprendizagem.

Os Movimentos Sociais, como aqui exemplificado no Movimento do Software Livre e suas comunidades, buscam resolver o problema da exclusão digital destes educadores. Pois, a sua estrutura diferenciada torna acessível o uso do computador e dos *softwares* educativos a serem utilizados, pois estes podem ser distribuídos livremente. Outro aspecto importante do *software* livre é que sua abertura permite que o usuário se integre a comunidade colaborando com os processos de criação e correção de *bugs*.

Os movimentos sociais assumem com autonomia uma proposta de resolução de um problema, exemplificado aqui na matéria do jornal “O Globo”; que é o medo e o despreparo dos educadores diante das tecnologias digitais (NTIC). O Projeto Classe, como manifestação de um Grupo de Usuários de Linux, além de preparar o laboratório de informática das escolas

para o uso, ainda capacitou os educadores, os incluindo também na avaliação destes programas, que faz parte do conteúdo da sua *wiki*.

A participação destas escolas foi fundamental neste processo, pois com a aplicação das atividades e opiniões dos professores, pôde-se contextualizar os programas na realidade escolar, perceber a recepção dada pelos professores e alunos à eles, ampliar as informações que se tinha e confirmar se estes estão de acordo com as finalidades anteriormente descritas. Pôde-se também, desta forma, divulgar o uso do computador em sala de aula e do software livre na educação. (CLASSE, 2006)

Nesta proposta o sujeito da ação educativa no laboratório se torna um autor da sua realidade. E é somente envolvendo os educadores em uma formação dialógica e ativa que passa-se a diante uma maneira diferenciada de aprender. Atitudes como esta valorizam a subjetividade dos educadores, pois criam mecanismos de participação, autoria, autonomia frente ao estado.

Somente a prática da horizontalidade pode libertar deste feitiço vertical. A expressão do Movimento Social Software Livre como estrutura horizontal de produção de conhecimento é somente um exemplo de como temos capacidade de transformar realidades preestabelecidas que parecem estáticas contando com o apoio de profissionais técnicos, educadores e outros trabalhadores da escola.

Os laboratórios de informática promoveram um espaço de integração cooperativa no cotidiano das escolas E.E.B. Simão Hess e E.E.B. Getúlio Vargas onde os educandos ajudaram uns aos outros e pediram para voltar (CLASSE, 2006) assim como os educandos da matéria do Jornal quase perderam o recreio de tanta vontade de ficar na sala (BERTA, 2011). As como estas podem ser comparadas com as oficinas de Freinet onde os educandos bagunçavam tomados pelo prazer de aprender.

Agora transformar a turma em um “time” não é tão fácil ser transponível. A metodologia da educação popular não desprende os conteúdos dos problemas dos educandos, das suas reais necessidades, planejando aulas que integrem as matérias a superação e transformação de sua realidade. O próprio Projeto Classe não abrangeu suas ações nesta perspectiva, mas com certeza transformou a realidade de vários educadores em Florianópolis.

Este “time” almejado pelos educadores populares que seja vitorioso no “campeonato” da vida, deve ser uma ação de todas as partes, afinal, a sociedade é composta por pessoas que só precisam estar prontas para pensar e agir de uma maneira crítica, solidária e colaborativa. É

preciso exercitar esta concepção de vida para alcançar realmente uma educação popular/intercultural que respeite diferentes indivíduos e promova a cidadania. O que ainda, pelo visto, não é a realidade da sala de aula.

Porém, se “Produzir informação e conhecimento passa a ser, portanto, a condição para transformar a atual ordem social” (PRETTO, 2008), estas iniciativas aqui expostas, se apresentam como um caminho de mudança desta sociedade que consome e exclui, para uma nova sociedade, que está pronta para ser livre.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Anderson Fernandes de. A pedagogia da migração do software proprietário para o livre: uma perspectiva Freiriana. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BERTA, Ruben. Uso do Computador ainda assusta Professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9, maio, 2011. O País, p. 4.

_____, Ruben. O fracasso é importante. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9, maio, 2011. O País, p. 4. Entrevista concedida por Martina Roth.

BRASIL, PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais): Linguagens e Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Entre a Fronteira e a Periferia: Linguagem e Letramento na Inclusão Digital. 2007. 284f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CLASSE . Projeto Classificação de Software Livre Educativo. Disponível em: <<http://classe.geness.ufsc.br>>. Acesso em 12 maio 2010.

FANTIN, Monica, GIRARDELLO, Gilka. Diante do abismo digital: mídia-educação e mediações culturais. *Perspectiva*, v. 27, n. 1, p. 69-96, jan./jun. 2009.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). "Intercultura e movimentos sociais". Florianópolis: Mover NUP, 1998.

_____, R. M. Entre Disciplina e rebeldia na escola. Brasília: Liberlivros, 2008

FREINET, Célestin. Para uma escola do povo. Lisboa: Editora Presença, 1973.

_____, Célestin. Pedagogia do bom senso. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. Extensão ou comunicação? 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. Educação e atualidade brasileira. São Paulo, Editora Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

_____, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LEMOS, Ronaldo. O Creative Commons e as transformações da propriedade intelectual. In: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (Orgs.). *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PINI, Francisca. **Fóruns DCA**: fios que tecem o movimento da infância e da adolescência na construção de caminhos para a democracia participativa. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC de São Paulo, São Paulo, 2006.

PRETTO; SILVEIRA (Orgs.) Além das redes de colaboração: Internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008.

SCHWARTZ, Gilson. Exclusão digital entra na agenda econômica mundial. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 janeiro 2000.

SILVEIRA, Sergio A. da. Inclusão digital, software livre e globalização contra hegemônica. In: _____; CASSINO, J. Software livre e inclusão digital. São Paulo: Conrad, 2003.

SOUZA, João Francisco de. Paradigmas teóricos dos movimentos sociais e perspectivas da educação popular. In: SCOCUGLIA, JEZINE. Educação popular e movimentos sociais. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.